



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002852-43.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Banco do Brasil S.A.**
 Requerido: **FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA FERREIRA E FERREIRA COMERCIO DE TELAS LTDA EPP e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO DO BRASIL S.A., qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA FERREIRA E FERREIRA COMERCIO DE TELAS LTDA EPP, CARLOS ALBERTO FERREIRA, REGINALDO FERREIRA, ALESSANDRO CESAR FERREIRA, Rosana Rosa de Lima, MICHELI CRISTINA FERREIRA, também qualificada, alegando ter firmado com os réus *contrato para deconto de títulos nº 029.509.725* no valor de R\$ 500.000,00, com vencimento para 08 de abril de 2013, título que não foi honrado e que em 31 de março de 2014 apresentava saldo devedor de R\$ 516.519,03, valor pelo qual requereu a condenação dos réus.

Os réus contestaram o pedido sustentando se tratar de empresa que atua no comércio de São Carlos e região há quase 20 anos, sempre honrando com suas obrigações, tendo ocorrido que *Micheli*, integrante da família, teria tomado a si o encargo da administração da empresa, enquanto os demais sócios, pessoas simples e sem cultura, se limitavam ao trabalho de campo, sendo que no mês de dezembro de 2013 teriam tomado conhecimento que *Micheli* havia emitido inúmeros títulos frios em nome da empresa, sem ter consultado os demais sócios, justificando que, pela confiança de depositavam em *Micheli*, assinaram os documentos sem qualquer questionamento, sem embargo do que contestam o fato de o Banco autor ter concedido crédito substancial em favor de *Micheli*, tendo o gerente atuado em consentimento dos responsáveis pela empresa, e tanto assim que o contrato que instrui a inicial não teria sido rubricado pelos sócios da empresa, impugnando ainda não tenha o banco autor apresentado nos autos os títulos negociados, mas tão somente um demonstrativo que não guardaria qualquer relação com os extratos, contendo valores supostamente indevidos, de modo que entende imprescindível a realização de perícia judicial para constatar a origem e real valor devido, julgando improcedente a presente ação.

O autor replicou reafirmando as teses da inicial.

É o relatório.

Decido.

Conforme pode ser verificado pela leitura dos documentos acostados à inicial, o pedido está instruído com cópia do contrato de descontos, das memórias de cálculo de liquidação da dívida, dos extratos de movimentação da conta corrente com anotação do crédito ali lançado, e das notificações para constituição dos réus em mora, de modo que não há como se admitir a alegação de que “*não tenha o banco autor apresentado nos autos os títulos negociados*” (sic.) à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

guisa de vício do pedido.

Assim já se decidiu: “*Verifica-se que a petição inicial veio instruída com o resumo da operação (fls. 16), borderô de descontos de duplicatas n. 21659989 (fls. 17), o denominado “Contrato-Mãe de Descontos Recebíveis” n. 900008244 (fls. 19/25), extrato da conta corrente da afiançada (fls. 28) e demonstrativo de débito (fls. 33). Nos embargos monitorios, afirma o devedor que não veio aos autos a duplicata descontada (fls. 57), bem como que os documentos não guardam conexão entre si diante da discrepância das datas neles contidas, esclarecendo o banco que tais divergências decorreriam da própria natureza da operação. No entanto, os documentos apresentados, na hipótese, revelam-se suficientes*” (cf. Ap. nº 4003611-22.2013.8.26.0038 - 38ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/11/2014 ¹).

À vista dessas considerações a este Juízo parece claro que estejam à disposição da devedora/embargante todos os dados matemáticos necessários à elaboração de conta paralela, a fim de que pudesse impugnar especificamente a liquidação da dívida, porquanto, como se sabe, “*insurgindo-se quanto ao excesso dos encargos contratuais, se deveria proceder à demonstração das cobranças que reputaram indevidas, cotejando as cláusulas do contrato com a lei e indicando as respectivas violações*” (Ap. C. nº 496.527-5 - Quarta Câmara Primeiro TACSP – v. u. - LUIZ SABBATO, relator), pois a “*alegação genérica de que houve capitalização de juros e cumulação de correção monetária com a comissão de permanência, desprovida de qualquer especificação, ofende o princípio do contraditório*” (Ap. n. 816.099-0, da Comarca de Birigüi, Quarta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, J. B. FRANCO DE GODOI, Relator ²).

Mesmo a jurisprudência mais recente não alterou tal entendimento: “*Alegação de ilegalidade da cobrança de “encargos e tarifas administrativas”. Alegações genéricas. Inadmissibilidade. Ausência de impugnação específica*” (cf. Ap. nº 0055766-95.2011.8.26.0602 - 36ª Câmara de Direito Privado TJSP - 16/05/2013 ³).

Rejeita-se, portanto, a alegação de falta de certeza ou liquidez da dívida.

Em relação à alegação de que os réus *Carlos Alberto, Reginaldo, Alessandro e Rosana* seriam pessoas simples e desinformadas, tendo por isso deixado a cargo da filha adotiva de nome *Michele* a administração das transações bancárias em seus nomes e em nome da *Agrotelas*, é tema de fato que, despido de conotação jurídica, não pode receber tratamento ou análise deste órgão jurisdicional, com o devido respeito.

Tampouco a alegação de que o banco autor teria “*concedido crédito substancial em favor de Micheli, tendo o gerente atuado em consentimento dos responsáveis pela empresa*” pode ser tomado em conta, porque os contratos foram efetivamente assinados por todos os sócios, pouco importando que o título “*não teria sido rubricado pelos sócios da empresa*” (sic.).

A culpa pela entrega da administração do negócio à sócio *Micheli* é exclusivamente dos próprios co-réus, não cabendo pretender-se deva o credor, que entregou o dinheiro aos réus, veja-se responsabilidade pelos atos imprudentes daquela, com o devido respeito.

À vista dessas circunstâncias, tem-se seja procedente a presente ação, cumprindo aos réus arcar com o pagamento do valor da dívida cobrada, R\$ 516.519,03, acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data da liquidação, 31 de março de 2014, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A obrigação solidária foi assumida pelo contrato.

Os réus sucumbem e devem ainda arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² LEX - JTACSP - Volume 189 - Página 251

³ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO os réus FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA FERREIRA E FERREIRA COMERCIO DE TELAS LTDA EPP, CARLOS ALBERTO FERREIRA, REGINALDO FERREIRA, ALESSANDRO CESAR FERREIRA, Rosana Rosa de Lima, MICHELI CRISTINA FERREIRA, solidariamente, a pagar ao autor BANCO DO BRASIL S.A. a importância de R\$ 516.519,03 (*quinhentos e dezesseis mil quinhentos e dezenove reais e três centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de 31 de março de 2014, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO os réus ao pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 09 de janeiro de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**